

Colégio  
00001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Julho/2018



# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

## Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário – Área Administrativa Especialidade Contabilidade

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'AJ04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Redação

## INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Hábitos saudáveis ajudam a melhorar a qualidade de vida.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

**Artes e ditadores**

Os ditadores sempre quiseram que a arte expressasse seu ideal de “povo”, de preferência em momentos de devoção ou entusiasmo pelo regime. Para isso, os ditadores pretenderam imobilizar o passado nacional em seu benefício, dando-lhe dimensões de mito ou inventando-o quando necessário. Para o fascismo italiano, o ponto de referência era a Roma antiga, imperial; para a Alemanha de Hitler, uma combinação de bárbaros radicalmente puros das florestas teutônicas com nobreza medieval; para a Espanha de Franco, a era dos triunfantes governantes católicos que expulsaram os infiéis e resistiram a Lutero. A União Soviética teve mais dificuldade para adotar o legado dos czares que a Revolução tinha sido feita, afinal de contas, para destruir, mas Stálin acabou achando conveniente mobilizá-lo.

O que ficou da arte do poder nesses países? Surpreendentemente, pouco na Alemanha, mais na Itália, talvez mais ainda na Rússia. Só uma coisa todos perderam: o poder de mobilizar a arte e o povo como teatro público. Isso, o mais sério impacto do poder na arte entre 1930 e 1945, desapareceu com os regimes que tinham garantido sua sobrevivência através da repetição regular de rituais públicos. Desapareceram para sempre, juntamente com aquele poder.

(Adaptado de: HOBBSAWM, Eric. **Tempos fraturados**. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 276)

1. A expressão artística de seu ideal de “povo” é promovida pelos ditadores de modo a
  - (A) revisitar os velhos anseios nacionalistas, corporificando-os e incutindo-lhes agora uma forma esteticamente revolucionária.
  - (B) expandir inventivamente as premissas democráticas da arte popular, valorizadas e transfiguradas em anseios nacionais de caráter libertário.
  - (C) reconfigurar ritos antigos, inspiradores de uma nova ordem e capazes de resgatar os autênticos valores da nacionalidade.
  - (D) redimensionar elementos de um passado mítico para obterem uma adesão pública e massificada aos ideais do regime que instalaram.
  - (E) radicalizar o culto aos movimentos nacionalistas derrotados no passado, invocando-os agora com a energia de uma convocação participativa.

---

2. Deve-se depreender da leitura do 2º parágrafo do texto que a arte promovida pelos ditadores entre 1930 e 1945
  - (A) manteve, surpreendentemente, um efeito residual nada desprezível, conforme se verificou de modo especial na Alemanha e na Itália.
  - (B) deixou de ter, por conta da fragilidade de suas premissas estéticas, repercussão efetiva junto às massas nacionalistas.
  - (C) obteve nesse período o poder de mobilização programada para encenar teatralmente uma aliança entre a ditadura e o povo.
  - (D) subsistiu sem perder força tão somente na Rússia, onde foi possível revitalizar antigos rituais públicos por meio de sua repetição.
  - (E) teve logo esgotado o seu prestígio inicial, por conta do que havia de repetitivo no retorno ritual a uma mitologia anacrônica.

---

3. Para o autor do texto, a tarefa assumida pelos ditadores em relação ao passado histórico nacional consiste em
  - (A) valorizar nele uma mitologia adequada para figurar uma nova representação nacionalista, identificada com o projeto ditatorial.
  - (B) recuperar dos velhos mitos os que se formalizam numa estética que possa representar pela arte os interesses legitimamente populares.
  - (C) adulterar a narrativa convencional dos feitos do passado, acusando-os como fracassos que podem ser redimidos pelo novo regime.
  - (D) rever as conquistas épicas de um povo, para submetê-las a uma nova apreciação crítica que identifique a razão de seu esquecimento.
  - (E) esvaziar o sentido objetivo das antigas conquistas, para que elas percam o valor numa comparação ostensiva com as conquistas do presente.



4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *momentos de devoção ou entusiasmo pelo regime* (1º parágrafo) = intervalos de compulsão ou denodo pelo sistema.
  - (B) *pretenderam imobilizar o passado nacional* (1º parágrafo) = tencionaram paralisar a história pregressa da nação.
  - (C) *dificuldade para adotar o legado* (1º parágrafo) = entrave na disseminação da herança.
  - (D) *poder de mobilizar a arte e o povo* (2º parágrafo) = relutância em dinamizar o poder artístico e o popular.
  - (E) *repetição regular de rituais públicos* (2º parágrafo) = retomada rítmica de ofícios populares.
- 
5. Está clara, coesa e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Quando faltam aos ditadores das mais diversas épocas a argumentação própria em favor da positividade de suas ideias, apela-se para o culto mítico do passado.
  - (B) Assim como o fascismo italiano, em cujo passado da antiga Roma despontava o poder imperial, assim também para a Alemanha houve uma compilação de bárbaros teutônicos com cavaleiros medievais.
  - (C) Não parece que os czares tenham possibilitado que a União Soviética lhes servisse, como propulsores de algum legado digno de um culto com alguma nobreza.
  - (D) Em tais regimes populistas, a deferência às artes torna-se teatral para o público, razões pelas quais ambas acabam por confrontar-se numa mútua descrença.
  - (E) Ainda que os ditadores tenham logrado, entre 1930 e 1945, ritualizar e mitificar seu poder por meio das artes, esse fenômeno extinguiu-se junto com seus regimes.
- 
6. Emprega-se forma verbal na **voz passiva** e respeitam-se as normas de **concordância verbal** na frase:
- (A) Nenhum desses vestígios de manipulação das artes haveriam de ficar depois que os regimes ditatoriais houvesse se esgotado.
  - (B) O que houve de comum nos regimes ditatoriais eram a impermanência do poder da arte como instrumento de cooptação política do povo.
  - (C) A associação entre bárbaros das florestas teutônicas com membros da aristocracia castelã indicavam o arbítrio de que se valiam o imaginário dos tiranos.
  - (D) Para que fosse o povo servido pela mitologia da história nacional, cabia aos ditadores manipular como podiam o legado heroico do passado.
  - (E) O autor do texto não hesita em reconhecer nos variados ditadores a preocupação que os assaltam quando se trata de fundar seu poder numa história mítica.

**Atenção:** Para responder às questões de números 7 a 11, baseie-se no texto abaixo.

#### De cabeça pra baixo

– *Esse mundo está ficando de cabeça pra baixo!*

*É uma conhecida frase, que sucessivas gerações vêm frequentando. Ela logo surge a propósito de qualquer coisa que se considere uma novidade despropositada, irritante: modelo de roupa mais ousada, último grande sucesso musical, aumento milionário no salário de um jogador de futebol, a longa estiagem na estação chuvosa, a avalanche de crimes no jornal... A ideia é sempre demonstrar que a vida e o mundo já foram muito melhores, que a passagem do tempo leva inexoravelmente à perversão ou ao desmoronamento dos valores autênticos, que uma geração construiu e que a seguinte apagou.*

*Parece que na história da humanidade o fenômeno é comum e cíclico: as pessoas enaltecem seus hábitos passados e condenam os presentes. “Ah, no meu tempo...” é uma expressão que vale um suspiro e uma acusação. Algo de muito melhor ficou para trás e se perdeu. A missão dessa juventude de hoje é desviar-se da Civilização....*

*A ironia é que justamente nesses “desvios” e por conta deles a História caminha, ainda que não se saiba para onde. Fosse tudo uma repetição conservadora, nenhuma descoberta jamais se daria, sem contar que os mais velhos já não teriam do que se queixar e a quem imputar a culpa por todos os desassossegos que assaltam todas as gerações humanas, desde que existimos.*

(Romildo Pacheco, inédito)

7. A frase que abre o texto é nele analisada de modo a fazer compreender que ela corresponde a
- (A) uma justa acusação, promovida por membros de uma geração que, por muitas razões, logrou obter sucesso em todos os seus projetos coletivos.
  - (B) um desabafo sem qualquer critério, uma vez que quem o faz não sabe por que o faz, apenas dá vazão a sentimentos confusos de insatisfação.
  - (C) um discreto gesto de incentivo, acenado aos jovens pelos mais velhos, para que a nova geração possa cumprir as altas metas humanas que foram estabelecidas no passado.
  - (D) uma frustração cíclica ao longo da História, que deixa ver o desejo de cada geração perpetuar seus próprios valores, dados como definitivamente positivos.
  - (E) um sentimento de alta expectativa diante de novos fenômenos sociais, sentidos ao mesmo tempo como ameaças e possibilidades de criativa renovação dos costumes.



8. No terceiro parágrafo do texto, deve-se entender que a frase *A missão dessa juventude de hoje é desviar-se da Civilização...*
- (A) corresponde à posição pessoal do autor do texto, identificado que está com todos aqueles que desde sempre costumam pronunciá-la.
  - (B) expressa o ponto de vista de quem também diz "*Ah, no meu tempo*", emprestando voz o autor a quem alimenta essa convicção.
  - (C) exprime uma ironia, pois quem costuma dizê-la com essas reticências acredita justamente no contrário do que afirma.
  - (D) constitui uma provocação que os velhos lançam contra os jovens, chamando-os à missão de apagar os deslizes da geração anterior.
  - (E) contradiz plenamente a frase anterior, na qual se afirmam como bem-sucedidos os feitos da geração mais velha, ora condenados ao esquecimento.
- 
9. O segmento *É uma conhecida frase, que sucessivas gerações vêm frequentando* ganha nova redação, na qual se mantêm seu sentido básico, sua clareza e sua correção, em:
- (A) É um dito já repisado, que gerações vêm consecutivamente pronunciando.
  - (B) Conforme as gerações que tanto lhe repisam, institui-se esse conhecido pronunciamento.
  - (C) Frase já muito sabida, esta, onde sucede de as pessoas a ela se agarrarem.
  - (D) Ao longo de gerações, está essa frase já notória de cuja repetição muitos se aplicam.
  - (E) Frase que gerações intermitentes se aproveitam, fazendo-a conhecer-se.
- 
10. Alterando-se os tempos e modos verbais de um segmento do texto, mantém-se uma coerente e adequada articulação entre eles, na seguinte frase:
- (A) Era uma conhecida frase, que sucessivas gerações viessem a frequentar.
  - (B) Ela logo surgiria a propósito de qualquer coisa que se houver considerado uma novidade despropositada.
  - (C) A ideia seria sempre demonstrar que a vida e o mundo já tivessem sido muito melhores.
  - (D) Algo de muito melhor haverá de ficar para trás e se perdera.
  - (E) Vindo a ser tudo uma repetição conservadora, nenhuma descoberta houvera de se dar.
- 
11. A supressão da vírgula altera significativamente o sentido da seguinte frase:
- (A) Frequentemente, as pessoas enaltecem seus hábitos passados.
  - (B) As pessoas gostam de enaltecer seus hábitos antigos, quase sempre sem muita discrição.
  - (C) Não se conhece a origem das frases feitas, nem por que adquiriram tanta força.
  - (D) O autor do texto busca mostrar-se imparcial, diante desse tema controverso.
  - (E) Trata-se aqui das pessoas mais velhas, que se apegam a seus hábitos passados.

**Atenção:** Para responder às questões de números 12 a 15, baseie-se no texto abaixo.

### Necessidade interior

*Uma coisa que não podemos fazer é forçar o tempo interior. Cada coisa tem seu momento de maturação, e apressá-la significaria debilitá-la, uma fatal distorção. Num segmento do teu tempo, tens um conjunto de coisas que estão desorganizadas, e subitamente se introduz aí um elemento que organiza tudo.*

*Algo assim me ocorreu de uma maneira muito intensa, em meados de 1960. Uma vivência sentimental que tive, muito forte, pôs-se de repente a exigir de mim uma expressão, uma manifestação que fosse além da expressão direta desse sentimento mesmo. Senti que tinha algo a dizer, a criar. Foi dessa forma tão elementar que tudo começou. Foi assim que me fiz escritor.*

(Adaptado de: SARAMAGO, José. **As palavras de Saramago**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 75)

12. O escritor José Saramago defende nesse texto a ideia de que
- (A) as motivações mais importantes da nossa vida são inteiramente acidentais, o que significa que o acaso pode ser o melhor regente das nossas decisões.
  - (B) a força interior é decisiva, advindo sempre da nossa incansável obstinação em realizar um objetivo em cujo foco desde o início nos concentramos.
  - (C) os fatos alheios à nossa vontade fazem com que se adie muito a resolução de problemas que deveriam ser resolvidos pelo recurso imediato da análise racional.
  - (D) a desorganização das nossas ideias impede de vez o amadurecimento das decisões que deveriam nos orientar melhor no rumo de nossa vida.
  - (E) as necessidades vitais podem ser supridas a partir do momento em que, dentro de nós, amadureça uma força íntima capaz de atendê-las.



13. De acordo com o segundo parágrafo do texto, deve-se entender que o escritor José Saramago
- (A) encontrou na literatura uma forma de encarar e traduzir as intensas experiências emocionais.
  - (B) valeu-se de sua vocação para escritor a fim de evitar ser atingido por algum excesso de pressão sentimental.
  - (C) tornou-se um criador celebrado por ter sabido ficar imune às vivências dolorosas que o atormentavam.
  - (D) resolveu exceder os limites da literatura, vivenciando de modo mais direto seus traumas afetivos.
  - (E) buscou encontrar na literatura um consolo para poder suportar seus delírios passionais.

14. *Cada coisa tem seu momento de maturação, e apressá-la significaria debilitá-la...*

Reescrevendo-se a frase acima iniciando-se por – **Apressar as coisas significa debilitá-las**, – o complemento correto e coerente poderá ser

- (A) pois para cada uma delas existe a hora de se tornar madura.
  - (B) em virtude de que contêm em si mesmas o instante de maturação.
  - (C) desde que lhes sucedam atingir pleno amadurecimento.
  - (D) tanto mais quanto se precise de que atinjam certa madureza.
  - (E) uma vez que às quais cabe esperar amadurecerem.
15. No segmento textual *Foi assim que me fiz escritor*,
- (A) o verbo **ir** está flexionado numa forma do pretérito.
  - (B) o sujeito de **fazer** está oculto.
  - (C) as duas formas verbais têm o mesmo sujeito.
  - (D) **escritor** é sujeito de uma forma verbal passiva.
  - (E) a expressão **assim que** tem sentido temporal.

#### Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

16. Uma sequência é formada pelos primeiros números ímpares positivos que possuem três, e apenas três divisores positivos distintos. A diferença entre o sexto e o quinto termos dessa sequência é

- (A) 335
- (B) 90
- (C) 268
- (D) 120
- (E) 196

17. Há dois anos, em uma empresa, a razão entre o número de funcionárias mulheres e o número de funcionários homens era  $\frac{7}{12}$ . Hoje, sem que tenha aumentado ou diminuído o número total de funcionários (homens e mulheres) essa mesma razão é  $\frac{9}{10}$ .

A diferença do número de funcionárias mulheres de hoje e de dois anos atrás corresponde, em relação ao total de funcionários (homens e mulheres) da empresa, a um valor

- (A) menor que 5%
- (B) entre 5% e 8%
- (C) entre 8% e 10%
- (D) entre 10% e 12%
- (E) maior que 12%

18. Para preparar um certo número de caixas, 15 funcionários de uma empresa trabalharam durante 8 horas, cada um preparando 7 caixas a cada 20 minutos. Já cansados, três dos funcionários foram embora e os que ficaram trabalharam por mais 6 horas, mais lentos, cada um deles preparando 7 caixas a cada 40 minutos. Ao todo, nessas 14 horas os funcionários conseguiram preparar um número de caixas

- (A) entre 3 150 e 3 200
- (B) entre 3 200 e 3 250
- (C) entre 3 250 e 3 300
- (D) entre 3 300 e 3 350
- (E) entre 3 350 e 3 400



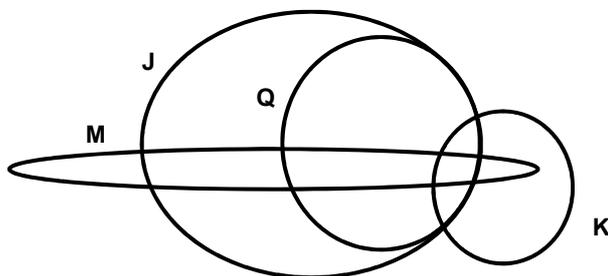
19. Considere as seguintes afirmações:

- I. Agnes é atriz ou Bernardo não é diretor.
- II. Cíntia é estilista e Dinorá não é cantora.
- III. Elivaldo não é segurança ou Fred é assistente.
- IV. Se Bernardo é diretor, então Elivaldo não é segurança.

Sabe-se que as afirmações I e IV são falsas e que as afirmações II e III são verdadeiras. Sendo assim, é logicamente VERDADEIRA a alternativa

- (A) Dinorá é cantora ou Agnes é atriz.
- (B) Se Agnes é atriz, então Elivaldo é segurança.
- (C) Fred não é assistente e Cíntia é estilista.
- (D) Se Bernardo é diretor, então Dinorá é cantora.
- (E) Ou Bernardo não é diretor ou Fred não é assistente.

20. Considere os conjuntos, suas respectivas intersecções e a existência de elementos em todas as regiões do diagrama.



A partir dessas informações é correto concluir que

- (A) qualquer elemento de **J** que não seja elemento de **Q** é elemento de **M**.
- (B) há elemento de **K** que, além de ser de **K**, é também elemento de **J**, mas apenas de **J**.
- (C) os elementos de **M**, que também são elementos de **Q**, não são apenas elementos desses dois conjuntos.
- (D) todo e qualquer elemento de **Q** é elemento de pelo menos mais dois conjuntos.
- (E) há elemento de **M** que seja elemento apenas de **M** e **Q**.

### Noções de Informática

21. Considere hipoteticamente que um Analista possui uma apresentação gerada pelo Microsoft PowerPoint 2010, em português, denominada TRTSP.pptx. Ele deseja que esta apresentação seja salva em um formato de autoapresentação. Nesse formato basta dar um duplo clique no nome do arquivo para que o conteúdo seja exibido automaticamente e a transição dos *slides* possa ser configurada com cliques no *mouse* ou através da barra de espaço. O formato que permite essa apresentação de *slides* é

- (A) .ppsm
- (B) .pptm
- (C) .potx
- (D) .ppsx
- (E) .ppxs

22. Um Analista estava utilizando o navegador Mozilla Firefox em português (versão 60.0.1, 64 *bits*), em condições ideais, e digitou a sequência de teclas `Ctrl+Shift+P` para

- (A) fechar a página na qual estava navegando.
- (B) abrir uma nova janela privativa e navegar de modo privativo.
- (C) abrir o histórico de navegação.
- (D) localizar algo de seu interesse na página na qual estava navegando.
- (E) acessar o gerenciador de extensões.



23. Considere hipoteticamente que um Analista acessou em seu navegador o *site* de busca Google ([www.google.com.br](http://www.google.com.br)). Na página que se abriu, digitou na linha de pesquisa `site:http://www.trtsp.jus.br inurl:pje`. O objetivo do Analista era
- (A) refinar a pesquisa para arquivos do tipo `.pje` no *site* <http://www.trtsp.jus.br>.
  - (B) encontrar artigos que tenham um título que se inicia com `pje` e contenham mais palavras de que ele não se recorda, dentro da *homepage* do *site* <http://www.trtsp.jus.br>.
  - (C) excluir a palavra `pje` dos resultados da busca dentro do *site* <http://www.trtsp.jus.br>.
  - (D) encontrar todos os *sites* relacionados ao *site* <http://www.trtsp.jus.br> que contenham a palavra `pje`.
  - (E) restringir os resultados da busca às páginas do *site* <http://www.trtsp.jus.br> que contenham a palavra `pje`.

24. Um Analista estava utilizando um computador com o sistema operacional Windows 7, em português, e desejava mudar o atributo do arquivo CNDT.pdf para somente leitura. Para isso, ele abriu o Windows Explorer, localizou o arquivo na pasta,
- (A) clicou com o botão direito do *mouse* sobre o nome do arquivo, escolheu Propriedades na janela que se abriu. Na aba Geral da janela Propriedades de CNDT.pdf marcou Somente leitura, clicou em Aplicar e em OK.
  - (B) clicou com o botão direito do *mouse* sobre o nome do arquivo, escolheu Abrir com o LibreOffice Writer na janela que se abriu. Dentro do Writer escolheu Salvar como... no menu Arquivo, selecionou Somente leitura e clicou em Salvar.
  - (C) deu um duplo clique sobre o nome do arquivo. Na janela que se abriu, escolheu Salvar como... no menu Arquivo, selecionou Somente leitura e clicou em Salvar.
  - (D) deu um duplo clique sobre o nome do arquivo e escolheu Salvar Como na janela que se abriu. Na aba Geral da janela Salvar Como marcou Somente leitura, clicou em Aplicar e em OK.
  - (E) clicou com o botão esquerdo do *mouse* sobre o nome do arquivo. Na janela que se abriu, escolheu Salvar como... no menu Arquivo, selecionou Somente leitura e clicou em Salvar.

25. Considere o texto de um fabricante em relação ao seu produto:

*Como um serviço pago conforme o uso, o backup em servidores virtuais oferece flexibilidade para escolher os dados que deseja proteger, pelo tempo que quiser protegê-los. Configure o controle de acesso limitado para que apenas seus usuários autorizados possam realizar operações críticas de backup. Uma notificação será enviada se o backup detectar alguma atividade suspeita, como Wanna Cry e similares, antes que seus dados sejam comprometidos. Qualquer exclusão não autorizada de seus backups será mantida por dias, para que você ganhe tempo para proteger seu ambiente e iniciar o processo de recuperação.*

O tipo de serviço e o tipo de *malware* referenciados no texto são, correta e respectivamente,

- (A) *Cloud storage* – *phishing*.
- (B) *Cloud computing* – *pharming*.
- (C) *Cloud backup* – *ransomware*.
- (D) *Full backup* – *hoax*.
- (E) *Decremental backup* – *ransomware*.

#### Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

26. O desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuem para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, segundo previsto pela Lei nº 13.146/2015, é o objetivo do processo de
- (A) recuperação da saúde.
  - (B) inclusão social.
  - (C) não discriminação da pessoa com deficiência.
  - (D) habilitação e reabilitação.
  - (E) terapia comportamental.



27. Segundo expressamente previsto pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará
- (A) o histórico psiquiátrico; a pontuação em testes cognitivos; os impedimentos, as funções e nas estruturas do corpo e as relações familiares e o respaldo efetivo recebido do núcleo familiar.
  - (B) a restrição de participação da pessoa avaliada; os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; as relações familiares e o respaldo efetivo recebido do núcleo familiar e o histórico psiquiátrico.
  - (C) a limitação no desempenho de atividades; os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais e a restrição de participação da pessoa avaliada.
  - (D) o grau de inclusão social da pessoa avaliada em seu meio comunitário; a limitação no desempenho de atividades; a autossuficiência para sua manutenção e o histórico psiquiátrico.
  - (E) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a pontuação em testes cognitivos e o grau de inclusão social da pessoa avaliada em seu meio comunitário.
- 
28. Segundo o previsto no Decreto nº 5.296/2004, nos serviços de emergência dos estabelecimentos públicos e privados de atendimento à saúde, a prioridade de atendimento da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida
- (A) fica condicionada ao pedido expresso da pessoa com deficiência ao ser registrada sua solicitação de atendimento no serviço de saúde.
  - (B) não está condicionada a qualquer avaliação, devendo ser observada.
  - (C) fica condicionada à avaliação do corpo de enfermagem responsável pelo atendimento inicial, que considerará as outras prioridades legais a serem atendidas na mesma oportunidade.
  - (D) não deve ser observada nos serviços de urgência ou emergência médica.
  - (E) fica condicionada à avaliação médica em face da gravidade dos casos a atender.
- 

#### Legislação e Ética no Serviço Público

29. Severina, Maria e Camila são servidoras públicas do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Severina praticou determinada conduta que acredita configure infração disciplinar. Assim, preocupada especificamente com a penalidade de suspensão, indaga suas colegas de trabalho a respeito das disposições específicas da Lei nº 8.112/1990. Maria e Camila respondem corretamente que a penalidade de suspensão
- (A) será aplicada pelo prazo de até 15 dias na hipótese de o servidor, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente.
  - (B) poderá ser convertida em multa, na base de 30% por dia de vencimento ou remuneração, quando houver conveniência para o serviço, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.
  - (C) poderá ser convertida em multa, na base de 60% por dia de vencimento ou remuneração, quando houver conveniência para o serviço, ficando o servidor obrigado a afastar-se do serviço por cinco dias.
  - (D) poderá ser convertida em multa, na base de 60% por dia de vencimento ou remuneração, quando houver conveniência para o serviço, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.
  - (E) será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder a 60 dias.
- 
30. Márcio, servidor público federal, negou publicidade aos atos oficiais. Leonardo, também servidor público federal, deixou de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, considerando estritamente as condutas narradas, bem como que ambas foram praticadas com dolo,
- (A) somente Márcio praticou ato de improbidade que atenta contra os Princípios da Administração Pública.
  - (B) ambos praticaram ato de improbidade que atenta contra os Princípios da Administração Pública.
  - (C) ambos praticaram ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito.
  - (D) somente Leonardo praticou ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito.
  - (E) Márcio praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, e Leonardo praticou ato de improbidade que causa prejuízo ao Erário.
-

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

31. Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, NÃO há, no Brasil, hipótese de
- (A) pena de morte, nem de prisão perpétua.
  - (B) retroatividade da lei penal, nem de pena de banimento.
  - (C) crimes inafiançáveis, nem de penas cruéis.
  - (D) tortura legalmente permitida, nem de pena de trabalhos forçados.
  - (E) crimes imprescritíveis, nem de pena de perda de bens sem indenização.
- 
32. Determinada lei municipal editada em matéria de servidores públicos cria funções de confiança que podem ser exercidas por servidores ocupantes de cargos em comissão, estes nomeados independentemente de concurso público. A mesma lei indica que ocupantes de cargos em comissão podem apenas exercer funções de direção, chefia e assessoramento, sendo passíveis de livre exoneração. Há inconstitucionalidade na referida lei no tocante à
- (A) previsão da exoneração dos servidores titulares de cargos em comissão independentemente de observância do devido processo legal.
  - (B) possibilidade de exercício de funções de confiança por servidores ocupantes de cargos em comissão.
  - (C) previsão do assessoramento como função que pode ser exercida pelo servidor titular de cargo em comissão.
  - (D) competência legislativa municipal para criar funções de confiança.
  - (E) ausência de concurso público para a escolha de ocupantes de cargos em comissão.
- 
33. O Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei complementar dispondo sobre o Estatuto da Magistratura, no qual se prevê autorização para que a lei destine aos juízes, a título de vantagem financeira devida em razão do exercício da função jurisdicional, o valor de 1% das custas judiciais recolhidas pelas partes no processo, sendo devido o respectivo pagamento quando do término de cada processo. O projeto ainda atribui ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a competência para autorizar que juízes em atividade se candidatem a cargos políticos eletivos. Além disso, consta da proposta a vedação do exercício da advocacia no juízo ou tribunal do qual os juízes tenham se afastado, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração. Nessa situação, o referido projeto de lei complementar mostra-se
- (A) incompatível com a Constituição Federal, apenas porque não poderia ter sido encaminhado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e por ser vedada a concessão da vantagem financeira que se pretende instituir em favor dos juízes.
  - (B) incompatível com a Constituição Federal, apenas porque é vedada a concessão da vantagem financeira que se pretende instituir em favor dos juízes e por ser permitido o exercício da advocacia nas condições em que o projeto pretende impedir.
  - (C) incompatível com a Constituição Federal, apenas porque é livre aos juízes, independentemente de autorização do CNJ, o exercício de mandato político junto ao Poder Legislativo, embora lhes seja vedado exercer cargos políticos junto ao Poder Executivo.
  - (D) incompatível com a Constituição Federal, apenas porque é vedada a concessão da vantagem financeira que se pretende instituir em favor dos juízes e por ser-lhes vedado o exercício de atividade político-partidária.
  - (E) compatível com a Constituição Federal em todos os seus aspectos.
- 
34. O Tribunal Superior do Trabalho pretende implementar, no exercício financeiro corrente, programa para dar celeridade à prestação jurisdicional, que demandará a admissão de servidores públicos. Todavia, os gastos com a execução do programa não foram previstos na lei orçamentária anual vigente, assim como não há previsão de dotações orçamentárias suficientes para atender às projeções de despesa de pessoal relativas às admissões de servidores públicos. Considerando que essas medidas são urgentes e de excepcional interesse público em face do expressivo aumento da litigiosidade, o Tribunal pretende executá-las sem que sejam alteradas as disposições da lei orçamentária, assim como dispensará a abertura de créditos adicionais, inclusive os extraordinários. Nessa situação, a Constituição Federal
- (A) permite que seja iniciada a imediata execução do programa e que sejam realizadas despesas com a admissão de servidores públicos, uma vez que se trata de situação de excepcional interesse público.
  - (B) permite que seja implementado o programa e que sejam realizadas despesas com a admissão de servidores públicos, desde que sejam autorizados por medida provisória.
  - (C) veda que seja implementado o programa, mas permite que sejam realizadas as despesas com a admissão dos servidores públicos, uma vez que as limitações constitucionais ao aumento de despesas com pessoal não se aplicam aos gastos do Poder Judiciário.
  - (D) permite que seja implementado o programa, mas veda que sejam realizadas as despesas com a admissão dos servidores públicos, uma vez que haverá aumento de despesas com pessoal não prevista em orçamento.
  - (E) veda que seja implementado o programa, assim como que sejam realizadas as despesas com a admissão dos servidores públicos.

**Noções de Direito do Trabalho**

35. De acordo com a Constituição Federal de 1988, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
- (A) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, apenas para os que percebem remuneração fixa.
  - (B) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, independentemente de incorrer em dolo ou culpa.
  - (C) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador autônomo.
  - (D) assistência gratuita aos filhos desde o nascimento até 6 anos de idade em creches e pré-escolas.
  - (E) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- 
36. De acordo com a legislação vigente, aplicável às hipóteses de interrupção do contrato de trabalho, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário
- (A) por 1 dia, em cada 6 meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
  - (B) por até 2 dias, consecutivos ou não, em virtude de casamento.
  - (C) nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.
  - (D) por até 3 dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, colaterais, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica.
  - (E) por até 3 dias para acompanhar consultas médicas, durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira.
- 
37. Lucas, com 20 anos, e seu pai, Agenor, com 47 anos, são empregados na mesma empresa e cumpriram o período aquisitivo de férias. Ao longo do período aquisitivo, Lucas contou com 7 dias de ausências injustificadas e Agenor com 4 dias de ausências injustificadas. O empregador comunicou a Lucas e Agenor que eles sairão de férias. Neste caso, segundo a lei vigente,
- (A) A concessão das férias deverá ser participada a Lucas e Agenor, por escrito ou verbalmente, com antecedência de, no mínimo, 15 dias.
  - (B) O empregador não pode decidir o período de concessão das férias de Lucas e Agenor, pois a época da concessão das férias será a que melhor consulte aos interesses do empregado.
  - (C) Lucas e Agenor, independentemente de sua concordância e desde que assim decida o empregador, deverão usufruir das férias em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a 5 dias corridos, cada um.
  - (D) Lucas e Agenor terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e independentemente disto resultar prejuízo para o serviço.
  - (E) Lucas terá direito a férias, na proporção de 24 dias e Agenor terá direito a férias, na proporção de 30 dias.
- 
38. A respeito das Comissões de Conciliação Prévia, de acordo com a legislação vigente,
- (A) a Comissão instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, 2 e, no máximo, 12 membros, sendo que a metade de seus membros será indicada pelo empregador e outra metade eleita pelos empregados, em escrutínio secreto, fiscalizado pelo sindicato de categoria profissional.
  - (B) é vedada a dispensa dos representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia, titulares e suplentes, até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei.
  - (C) somente as empresas e nunca os sindicatos podem instituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representante dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho.
  - (D) o representante dos empregados permanecerá afastado do seu trabalho normal na empresa durante todo o período em que perdurar o seu mandato, sendo, no entanto, esse período, computado como tempo de trabalho efetivo.
  - (E) as Comissões de Conciliação Prévia têm prazo de 15 dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação a partir da provocação do interessado.

**Noções de Direito Administrativo**

39. Os atos administrativos discricionários são passíveis de controle judicial no que concerne
- (A) a vícios de legalidade, o que inclui também a avaliação da inexistência ou falsidade dos motivos declinados pela Administração a edição do ato.
  - (B) às condições de conveniência e oportunidade para sua prática, com base nos princípios aplicáveis à Administração Pública.
  - (C) ao seu mérito, avaliando-se a aderência do mesmo ao interesse público que justificou a sua edição e às finalidades colimadas.
  - (D) exclusivamente a eventual desvio de finalidade, quando evidenciado que a Administração praticou o ato visando a fim ilícito.
  - (E) apenas a vícios de competência, cuja convalidação poderá ser feita, contudo, mediante ratificação administrativa ou judicial.



40. No que concerne à competência das autoridades administrativas e sua delegação, nos termos disciplinados pela Lei Federal nº 9.784/1999, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, tem-se que
- (A) não é admissível a delegação de competência para decisão de recursos administrativos.
  - (B) a delegação somente é admitida para órgão hierarquicamente subordinado àquele detentor da competência legal.
  - (C) admite-se a delegação para a edição de atos normativos, desde que não gerem efeitos perante terceiros
  - (D) a avocação de competência de órgão hierarquicamente inferior é sempre cabível, independentemente de ato específico.
  - (E) não é passível de delegação a competência exclusiva, salvo para a prática de atos declaratórios.
- 
41. Suponha que determinado cidadão tenha sofrido ferimentos enquanto aguardava uma audiência em um prédio do Poder Judiciário, ocasionados por um servidor que buscava conter um tumulto que se formou no local em razão de protestos de determinada categoria de funcionários públicos. Referido cidadão buscou a responsabilização civil do Estado pelos danos sofridos. De acordo com o que predica a teoria do risco administrativo, o Estado
- (A) não responde pelos danos causados, salvo se comprovada omissão no dever de fiscalizar a prestação do serviço público envolvido e suas condições de segurança.
  - (B) apenas responde pelos danos causados em caráter comprovadamente doloso ou culposo pelos seus agentes, assegurado o direito de regresso contra o agressor.
  - (C) pode ser responsabilizado, independentemente de culpa ou dolo de seus agentes, excluindo-se tal responsabilidade se comprovada culpa de terceiros.
  - (D) possui responsabilidade subjetiva pelos danos sofridos pelo cidadão, a quem compete comprovar o nexo de causalidade e a culpa anônima do serviço.
  - (E) possui responsabilidade objetiva pelos danos sofridos pelo cidadão, descabendo qualquer excludente de responsabilidade, como força maior, culpa da vítima ou de terceiros.
- 

#### Administração Pública

42. As metodologias consagradas para implementação de planejamento estratégico no âmbito das organizações públicas e privadas contemplam, como etapa relevante, o denominado diagnóstico institucional, muitas vezes utilizando como ferramenta a Matriz Swot, que procura identificar
- (A) os projetos estratégicos da organização e as competências existentes para realizá-los, encadeados em uma representação gráfica na forma de fluxograma.
  - (B) os processos de trabalho necessários para a consecução dos resultados almejados em função dos valores institucionais identificados no mapeamento correspondente.
  - (C) a visão de futuro da organização, correspondente à sua essência e razão de ser, e que faz parte do quadro de indicadores estabelecido nesta etapa.
  - (D) as ações de longo prazo, correspondentes à missão da organização, e as de curto prazo, representativas dos cenários identificados.
  - (E) internamente, as forças e fraquezas da organização e, externamente, os desafios e oportunidades existentes no cenário em que se insere.
- 
43. Entre as ferramentas e metodologias consagradas para gestão de projetos no âmbito das organizações, a que trabalha com a média ponderada de cenários probabilísticos (otimista, pessimista e realista) em relação ao tempo de conclusão do projeto corresponde a(o):
- (A) Plan, Do, Check, Act to Corret (PDCA).
  - (B) Critical Path Method (CPM).
  - (C) Program Evaluation and Review Technique (PERT).
  - (D) Enterprise Application Integration (ERP).
  - (E) Business Process Management (BPM).
- 

44. Considere as assertivas abaixo, relativas à atuação da Administração Pública.
- I. A atuação eficiente da Administração relaciona-se com o uso adequado dos insumos na produção de bens e serviços.
  - II. Uma ação administrativa é considerada efetiva quando atinge às legítimas expectativas dos administrados.
  - III. Eficácia diz respeito à governança no âmbito interno da Administração, traduzindo a relação entre os diversos agentes envolvidos e a população.
- Está correto que se afirma APENAS em
- (A) III.
  - (B) II.
  - (C) II e III.
  - (D) I e II.
  - (E) I.
-

**Noções de Orçamento Público**

45. Em atendimento ao princípio orçamentário
- (A) da totalidade, uma autarquia estadual possui uma Lei Orçamentária Anual distinta daquela do ente estadual a que pertence.
  - (B) da universalidade, a Lei Orçamentária Anual de um ente estadual deve conter todas as receitas e despesas de uma fundação instituída e mantida por ele.
  - (C) da exclusividade, a Lei Orçamentária Anual pode conter dispositivo sobre a criação de despesa obrigatória de caráter continuado.
  - (D) da competência, a Lei Orçamentária Anual apresenta a previsão das receitas orçamentárias que serão arrecadadas durante o exercício financeiro a que se refere.
  - (E) do orçamento bruto, a Lei Orçamentária Anual deve apresentar as despesas com uma obra pelo valor total de sua execução, mesmo que ocorra em três exercícios financeiros.
- 
46. Considere os dados abaixo extraídos das demonstrações contábeis de um ente público municipal, cujos valores estão em reais.

Ativo Financeiro em 31/12/2017	40.450.000,00
Ativo Financeiro em 31/3/2018	38.000.000,00
Ativo Circulante em 31/12/2017	52.000.000,00
Passivo Financeiro em 31/12/2017	36.000.000,00
Passivo Financeiro em 31/3/2018	27.500.000,00
Passivo Circulante em 31/12/2017	42.500.000,00
Reabertura de Créditos Adicionais Especiais em 2018	2.000.000,00

Não houve a abertura de créditos adicionais até 31/3/2018 e não havia operações de crédito vinculadas aos créditos adicionais especiais reabertos em 2018.

Sendo assim, em 31/3/2018, o valor do superávit financeiro que poderia ser utilizado como recurso de cobertura para a abertura de créditos adicionais no exercício financeiro de 2018 era, em reais, de

- (A) 4.450.000,00
  - (B) 2.450.000,00
  - (C) 10.500.000,00
  - (D) 8.500.000,00
  - (E) 7.500.000,00
- 
47. No dia 15/2/2018, um Tribunal Regional do Trabalho fez o empenho da despesa com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica no valor de R\$ 200.000,00 referente à limpeza dos vidros do prédio em que são realizadas as atividades de tal entidade pública. Em 21/2/2018, o prestador de serviço executou a limpeza dos vidros do prédio e, em 23/2/2018, houve a verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. No dia 28/2/2018, ocorreu o pagamento da despesa pelo valor total do empenho. Sendo assim, no dia
- (A) 15/2/2018, houve a execução orçamentária de uma Despesa de Capital.
  - (B) 21/2/2018, houve a liquidação de Outras Receitas Correntes.
  - (C) 28/2/2018, houve a execução orçamentária de uma Inversão Financeira.
  - (D) 23/2/2018, houve a liquidação de uma Despesa Corrente.
  - (E) 15/2/2018, houve a emissão de uma nota de pagamento por estimativa.

**Gestão de Pessoas**

48. O conjunto de hábitos e crenças estabelecidos por normas, valores, atitudes e expectativas, compartilhado por todos os membros da organização, refere-se à definição de
- (A) cultura organizacional.
  - (B) clima organizacional.
  - (C) gestão organizacional.
  - (D) estratégia organizacional.
  - (E) socialização organizacional.



49. Quando o treinamento é baseado em competências, ele se baseia na lacuna existente entre as competências disponíveis e existentes e as competências necessárias
- (A) à direção da empresa, à área de recursos humanos ou à liderança.
  - (B) à sociedade, ao grupo social ou à pessoa.
  - (C) ao mercado, aos clientes em potencial ou ao cliente da empresa.
  - (D) à organização, à unidade organizacional ou ao trabalho da pessoa.
  - (E) ao mundo globalizado, ao mercado de trabalho, ao segmento de atuação da empresa.
- 
50. O planejamento estratégico de gestão de pessoas refere-se à maneira como a função de Gestão de Pessoas pode contribuir para o alcance dos objetivos organizacionais e, simultaneamente,
- (A) estimular e cocriar a cultura organizacional.
  - (B) favorecer e incentivar o alcance dos objetivos individuais dos funcionários.
  - (C) contribuir e participar de temas voltados para a perenidade da empresa.
  - (D) favorecer e estimular a prática dos processos de qualidade.
  - (E) incentivar e contribuir para ampliar a participação dos clientes no processo produtivo.
- 

#### Contabilidade Geral

51. Em 31/12/2016, uma empresa obteve um empréstimo no valor de R\$ 10.000.000,00 com as seguintes características:
- prazo total: 10 anos;
  - taxa de juros compostos: 8% ao ano;
  - pagamentos: parcelas iguais e anuais de R\$ 1.490.295,00, sendo que a primeira parcela tinha vencimento para 31/12/2017.
- Para a obtenção do empréstimo, a empresa incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 435.797,00, sendo que a taxa de custo efetivo da operação foi de 9% ao ano.
- Com base nessas informações, o valor dos encargos financeiros reconhecidos no resultado de 2017 e o saldo referente ao empréstimo apresentado no balanço patrimonial, em 31/12/2017, foram, respectivamente, em reais,
- (A) 1.235.797,00 e 9.745.502,00
  - (B) 900.000,00 e 9.409.705,00
  - (C) 860.778,27 e 9.370.483,27
  - (D) 1.235.797,00 e 9.309.705,00
  - (E) 860.778,27 e 8.934.686,27
- 
52. A empresa Trabalhos Manuais S.A., ao adquirir mercadorias para revenda, em 30/03/2017, pagou os seguintes valores:
- Fornecedor: R\$ 180.000,00 (valor líquido, sem tributos).
  - Seguro para transporte das mercadorias até a empresa: R\$ 5.000,00
  - Tributos recuperáveis: R\$ 23.000,00
  - Tributos não recuperáveis: R\$ 16.000,00
- Em 16/4/2017, a empresa revendeu todas estas mercadorias por R\$ 450.000,00, concedendo um desconto comercial de 10%, pagou R\$ 4.500,00 de comissão para os vendedores e R\$ 7.000,00 de frete para entrega das mercadorias vendidas. Com base nestas informações, o lucro bruto apurado pela empresa Trabalhos Manuais S.A., especificamente em relação à compra e venda das mercadorias, foi, em reais,
- (A) 249.000,00
  - (B) 204.000,00
  - (C) 181.000,00
  - (D) 192.500,00
  - (E) 199.500,00
-



53. A Cia. dos Direitos possuía, em 31/12/16, um ativo intangível com vida útil indefinida correspondente a ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era R\$ 730.000,00 composto por:

- Custo de aquisição: R\$ 880.000,00
- Perda por desvalorização reconhecida em 2016: R\$ 150.000,00

Em 31/12/17, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 900.000,00
- Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 700.000,00

Com base nas informações acima, a Cia. dos Direitos, em 31/12/17,

- (A) manteve o valor contábil de R\$ 730.000,00.
- (B) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.
- (C) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 30.000,00.
- (D) reconheceu um ganho no valor de R\$ 170.000,00.
- (E) reconheceu um ganho no valor de R\$ 20.000,00.

54. A Cia. Produtora adquiriu, em 31/12/2015, uma máquina por R\$ 1.680.000,00, à vista. A vida útil econômica estimada desta máquina, na data da aquisição, era 12 anos e o valor residual era R\$ 240.000,00. Em 1/1/2017, a empresa reavaliou a vida útil remanescente da máquina para 10 anos e o novo valor residual esperado era R\$ 120.000,00. Com base nessas informações, o valor contábil da máquina evidenciado no Balanço Patrimonial da Cia. Produtora, em 31/12/2017, foi de

- (A) R\$ 1.368.000,00
- (B) R\$ 1.080.000,00
- (C) R\$ 1.416.000,00
- (D) R\$ 1.248.000,00
- (E) R\$ 1.296.000,00

55. A Cia. Riscos Ativos está respondendo a diversos processos em diversas áreas. Os valores das provisões reconhecidas em 31/12/2016, as informações sobre a reavaliação das condições destes processos em 31/12/2017, e as informações sobre dois novos processos que foram identificados em 2017, são apresentados na tabela a seguir:

Processo	Provisão Reconhecida em 31/12/2016 (R\$)	Probabilidade de Perda considerada em 31/12/2017	Valor Reestimado da Perda em 31/12/2017 (R\$)
Processo Trabalhista	180.000,00	Provável	240.000,00
Processo Tributário 1	550.000,00	Possível	730.000,00
Processo Tributário 2	0,00	Provável	150.000,00
Processo Cível	120.000,00	Possível	80.000,00
Processo Ambiental	0,00	Remota	50.000,00

Com base nessas informações, em 2017, a Cia Riscos Ativos

- (A) reconheceu, na Demonstração do Resultado, uma perda de R\$ 390.000,00.
- (B) reconheceu, na Demonstração do Resultado, uma perda de R\$ 210.000,00.
- (C) apresentou, no Balanço Patrimonial, um saldo na conta Provisões de R\$ 1.060.000,00.
- (D) apresentou, no Balanço Patrimonial, um saldo na conta Provisões de R\$ 1.200.000,00.
- (E) reconheceu, na Demonstração do Resultado, um ganho de R\$ 460.000,00.

#### Auditoria

56. No que diz respeito ao Parecer do Auditor Independente, é correto afirmar que o Parecer

- (A) do Auditor Independente compõe-se de três parágrafos, sendo que o primeiro diz respeito à identificação das demonstrações contábeis e à definição das responsabilidades da Administração e dos auditores.
- (B) do Auditor Independente compõe-se de três parágrafos, sendo que o segundo determina o alcance da análise comparativa entre Balanços emitidos pela organização auditada, nos últimos dois anos.
- (C) do Auditor Independente compõe-se de três parágrafos, sendo que o último evidencia o limite para análise das contas contábeis componentes do balanço emitido pela organização auditada.
- (D) de Auditoria Independente pode ser classificado em 5 tipos distintos, sendo que o mais importante deles é o Parecer com Negativa de Alcance.
- (E) com Abstenção de Opinião deve ser emitido quando o Auditor não puder comparecer presencialmente para supervisionar os trabalhos de campo, onde são coletados os dados necessários para fundamentar a sua opinião.



57. Em se tratando de Auditoria Governamental, é correto afirmar:

- (A) O Processo de Auditoria Governamental engloba as fases de Determinação; Planejamento; Descentralização; Elaboração Procedimental e Finalização. Nesta última consta a emissão de opinião, que pode ser pela Aceitação ou Desconsideração do Relatório apresentado.
- (B) As Auditorias de Regularidade objetivam verificar se os servidores em exercício nos órgãos central, setoriais, unidades regionais ou setoriais do Poder Executivo Federal, sobre informações obtidas por meio de exame de processos e por meio eletrônico, encontram-se regularmente em exercício, gozando dos plenos direitos que a carreira oferece.
- (C) As Auditorias Operacionais objetivam examinar a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de organizações, programas e atividades governamentais, com a finalidade de avaliar o seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública.
- (D) O Controle Interno é órgão de assessoria e não deve emitir qualquer relatório que venha a causar problemas na imagem da organização pública à qual está vinculado, sendo responsável pelo zelo e bom funcionamento da mesma.
- (E) O Tribunal de Contas da União, que é órgão vinculado ao Poder Judiciário, somente deve expressar sua opinião em julgamento de processo de Auditoria no qual estejam presentes todos os seus membros e quando provocado por Ação Direta movida exclusivamente pela população.

58. Sobre Auditoria, é correto afirmar:

- (A) Na execução dos trabalhos de auditoria somente se verificará a parte contábil e financeira. Isto para não ferir ao Princípio da Partição dos Poderes, pois é responsabilidade do Judiciário verificar a parte orçamentária, operacional e patrimonial.
- (B) A execução dos trabalhos de Auditoria Governamental deve ser realizada somente uma vez a cada três anos, com a visita a ser realizada na organização para a confirmação de dados prévios à coleta documental.
- (C) O Exame Físico e a Confirmação ou Circularização são técnicas de auditoria a serem utilizadas na execução dos trabalhos de auditoria para a formação de opinião do auditor que comprove a veracidade dos fatos observados.
- (D) O Relatório de Auditoria deve conter somente informações sobre o planejamento prévio. Em hipótese alguma pode conter qualquer revelação sobre o resultado dos trabalhos de auditoria, pois estes são confidenciais e protegidos por sigilo.
- (E) A Amostragem é uma técnica que não pode ser utilizada na Auditoria, pois ela não permite ao responsável formar uma opinião adequada sobre o conjunto de registros que se está analisando.

59. Em relação à Responsabilidade e à Ética profissional,

- (A) cabe somente ao Auditor Independente, a responsabilidade pela prevenção e detecção de fraudes na organização auditada. À Administração somente pode ser imputada a responsabilidade pela assinatura do contrato de prestação de serviços de auditoria a ser realizado.
- (B) a Fraude acontece quando o colaborador da organização auditada registra um valor em vez de outro, sem qualquer intenção ou recebimento de vantagem. Porém, devido a isto, a organização não alcançou o resultado esperado no período.
- (C) uma das principais regras éticas que o profissional de auditoria deve seguir é a de revelar as informações obtidas, independentemente de autorização, pois o Princípio da Transparência o obriga a tal fato.
- (D) o auditor não é responsável e também não pode ser responsabilizado pela prevenção de fraudes ou erros; todavia, deve planejar seu trabalho avaliando o risco de sua ocorrência, a fim de que possa, com alta probabilidade, detectar aqueles que impliquem efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.
- (E) as regras de Ética Profissional somente devem ser consideradas pelo profissional de auditoria quando houver risco à sua integridade física, seja por ameaça direta ou indireta. Nos demais casos, elas podem ser desconsideradas.

60. Para a realização dos trabalhos de auditoria, a existência da independência é pressuposto necessário entre os membros das equipes de auditoria e os clientes de auditoria. Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) as ameaças à independência podem ser enquadradas em um único tipo, que se resume, basicamente, à ameaça de emitir um parecer inadequado, frente ao conjunto de fatos observados antes do início dos trabalhos de auditoria.
- (B) a independência compreende a construção do pensamento burocrático, especificando detalhadamente os passos para que os objetivos estabelecidos sejam alcançados dentro dos limites contratados com o cliente de auditoria.
- (C) a independência é opcional durante o período de contratação coberto pelas demonstrações contábeis, iniciando-se com um ano de antecedência à escolha da organização que irá realizar os trabalhos de auditoria e terminando em até dois anos após a emissão do relatório de auditoria.
- (D) em relação à documentação comprobatória da independência dos trabalhos de auditoria, o auditor sempre pode dispensá-las quando as conclusões extraídas demonstrarem que as ameaças observadas à emissão de sua conclusão forem substanciais.
- (E) os conceitos sobre a independência devem ser aplicados pelos auditores a fim de identificar as ameaças; avaliar a importância das ameaças identificadas e aplicar as salvaguardas, quando necessário, para eliminar as ameaças ou reduzi-las a um nível aceitável.

**Contabilidade Pública**

**Atenção:** Para responder às questões de números 61, 62 e 63, considere as informações abaixo extraídas do sistema de contabilidade de uma entidade pública referentes às transações ocorridas no mês de dezembro de 2017.

- Lançamento de receitas com a Exploração do Patrimônio Imobiliário no valor de R\$ 600.000,00. A receita foi arrecadada, pelo valor total do lançamento, em janeiro de 2018.
- Lançamento e arrecadação de receitas de Taxas no valor de R\$ 500.000,00.
- Recebimento de caução no valor de R\$ 20.000,00 como garantia de que serviços de terceiros – pessoa jurídica contratados seriam prestados.
- Recebimento de Transferências Correntes Intergovernamentais no valor de R\$ 10.000.000,00 referentes ao mês de dezembro de 2017.
- Empenho de despesa no valor de R\$ 50.000,00 referente a Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, contratados para a manutenção dos elevadores do edifício-sede da entidade. O serviço foi prestado e a despesa foi liquidada e paga, pelo valor total do empenho, em janeiro de 2018.
- Empenho, liquidação e pagamento de despesa com Pessoal e Encargos Sociais, referentes a dezembro de 2017, no valor de R\$ 7.000.000,00.
- Liquidação e pagamento de despesa no valor de R\$ 350,00, em 1/12/2017, referente ao adiantamento de valor a um servidor da entidade para custear despesas com passagens e locomoção. A nota de empenho referente ao adiantamento de valor foi emitida em 30/11/2017.
- Pagamento de despesa no valor de R\$ 80.000,00 referente à aquisição de um veículo. A nota de empenho referente à aquisição foi emitida em 1/8/2017 e a liquidação da despesa ocorreu em 14/9/2017.
- Pagamento no valor de R\$ 150.000,00 de Restos a Pagar Processados inscritos em 31/12/2016. Os Restos a Pagar Processados eram relativos a despesas com contratação de serviços de consultoria para a entidade.
- Reconhecimento da depreciação mensal do ativo imobilizado – veículos no valor de R\$ 10.000,00.

61. Com base nessas transações tomadas em conjunto e de acordo com a Lei nº 4.320/1964, em dezembro de 2017, o resultado de execução orçamentária da entidade pública referente ao exercício financeiro de 2017 foi impactado positivamente pelo valor de, em reais,

- (A) 3.450.000,00
- (B) 4.050.000,00
- (C) 3.440.000,00
- (D) 3.419.650,00
- (E) 3.470.000,00

62. Com base nessas transações tomadas em conjunto e de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no Balanço Financeiro da entidade pública referente ao exercício financeiro de 2017, os recebimentos extraorçamentários e os pagamentos extraorçamentários totalizaram, respectivamente, em reais,

- (A) 70.000,00 e 160.000,00
- (B) 20.000,00 e 150.000,00
- (C) 20.000,00 e 160.000,00
- (D) 70.000,00 e 150.000,00
- (E) 50.000,00 e 150.000,00

63. Do adiantamento para custear despesas com passagens e locomoção, o servidor da entidade pública utilizou o valor total de R\$ 350,00. A prestação de contas referente ao adiantamento foi realizada em 29/12/2017. Assim, de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em 29/12/2017, o registro contábil referente à prestação de contas do saldo utilizado por meio do adiantamento de valor originou um

- (A) débito no ativo financeiro.
- (B) débito no resultado patrimonial.
- (C) crédito no ativo financeiro.
- (D) débito no ativo permanente.
- (E) crédito no resultado patrimonial.

64. O relatório referente à prestação de contas de um determinado Tribunal Regional do Trabalho referente ao exercício financeiro de 2017 informa que, do crédito orçamentário total disponível, R\$ 165.000.000,00 foram recebidos por meio de descentralização externa e R\$ 25.000.000,00 por meio de descentralização interna. Assim, de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os créditos orçamentários nos valores de R\$ 165.000.000,00 e R\$ 25.000.000,00 foram oriundos, respectivamente, de

- (A) repasse e destaque.
- (B) provisão e destaque.
- (C) sub-repasse e repasse.
- (D) provisão e repasse.
- (E) destaque e provisão.



**Atenção:** Para responder às questões de números 65, 66, 67, 68 e 69, considere as transações abaixo referentes ao exercício financeiro de 2017 de um determinado ente público.

- Previsão da receita e fixação da despesa referente à aprovação do orçamento com base na Lei Orçamentária Anual, no valor de R\$ 39.000.000,00.
- Lançamento de receitas tributárias no valor de R\$ 13.000.000,00.
- Arrecadação de receitas tributárias no valor de R\$ 12.900.000,00.
- Lançamento e arrecadação de receitas de serviços no valor de R\$ 22.000.000,00.
- Lançamento e arrecadação de receitas de aluguéis de imóveis no valor de R\$ 900.000,00.
- Recebimento de créditos não tributários inscritos em dívida ativa no valor de R\$ 1.100.000,00.
- Obtenção de operações de crédito de longo prazo (vencimento em 4 anos) no valor de R\$ 2.700.000,00.
- Alienação de um veículo, à vista, pelo valor de R\$ 60.000,00. O ganho apurado com a venda do veículo foi R\$ 3.000,00.
- Empenho de despesas com:
  - Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 19.000.000,00.
  - Outras Despesas Correntes – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: R\$ 9.000.000,00.
  - Outras Despesas Correntes – Material de Consumo: R\$ 4.000.000,00.
  - Outras Despesas Correntes – Passagens e Despesas com Locomoção: 2.450.000,00.
  - Investimentos – Equipamentos e Material Permanente: R\$ 3.000.000,00.
  - Juros e Encargos da Dívida: R\$ 250.000,00.
- Liquidação de despesas com:
  - Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 18.300.000,00.
  - Outras Despesas Correntes – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: R\$ 8.900.000,00.
  - Outras Despesas Correntes – Material de Consumo: R\$ 3.700.000,00.
  - Outras Despesas Correntes – Passagens e Despesas com Locomoção: 2.350.000,00.
  - Investimentos – Equipamentos e Material Permanente: R\$ 2.750.000,00.
  - Juros e Encargos da Dívida: R\$ 250.000,00.
- Pagamento de despesas com:
  - Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 18.300.000,00.
  - Outras Despesas Correntes – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: R\$ 7.300.000,00.
  - Outras Despesas Correntes – Material de Consumo: R\$ 3.100.000,00.
  - Outras Despesas Correntes – Passagens e Despesas com Locomoção: 1.850.000,00.
  - Investimentos – Equipamentos e Material Permanente: R\$ 2.230.000,00.
  - Juros e Encargos da Dívida: R\$ 220.000,00.
- Pagamento de Restos a Pagar Processados (referentes à despesa corrente) no valor de R\$ 1.600.000,00.
- Depreciação do ativo imobilizado no valor de R\$ 2.400.000,00.
- Amortização do ativo intangível no valor de R\$ 1.090.000,00.
- Recebimento de depósitos caução no valor de R\$ 320.000,00.

**Informações Adicionais:**

- A despesa com Pessoal e Encargos Sociais é relativa à manutenção das atividades governamentais no exercício financeiro de 2017.
- Os Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica referem-se à manutenção das atividades governamentais e foram prestados no exercício financeiro de 2017.
- As passagens e as despesas com locomoção são despesas correntes e referem-se ao exercício financeiro de 2017.
- Não havia estoque inicial de material de consumo no exercício financeiro de 2017 e foram consumidos materiais de consumo no valor de R\$ 2.900.000,00 no exercício financeiro de 2017.
- Os Juros e Encargos da Dívida são referentes ao exercício financeiro de 2017.
- Não houve abertura de créditos adicionais durante o exercício financeiro de 2017.

65. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado patrimonial evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais referente ao exercício financeiro de 2017 foi

- (A) negativo em R\$ 387.000,00
- (B) negativo em R\$ 287.000,00
- (C) positivo em R\$ 813.000,00
- (D) negativo em R\$ 1.087.000,00
- (E) positivo em R\$ 1.190.000,00



66. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, houve um aumento do Ativo total no exercício financeiro de 2017 no valor de, em reais,
- (A) 7.283.000,00
  - (B) 5.483.000,00
  - (C) 4.383.000,00
  - (D) 37.383.000,00
  - (E) 3.130.000,00
- 
67. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, na Demonstração dos Fluxos de Caixa referente ao exercício financeiro de 2017, o fluxo de caixa líquido das atividades de investimento foi negativo, em reais, no valor de
- (A) 2.750.000,00
  - (B) 2.230.000,00
  - (C) 2.170.000,00
  - (D) 2.690.000,00
  - (E) 5.660.000,00
- 
68. No exercício financeiro de 2017, as receitas orçamentárias correntes arrecadadas foram, em reais, de
- (A) 34.900.000,00
  - (B) 35.800.000,00
  - (C) 36.000.000,00
  - (D) 36.960.000,00
  - (E) 36.900.000,00
- 
69. Na Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2017, o valor
- (A) da depreciação do ativo imobilizado foi fixado na despesa orçamentária de capital.
  - (B) do depósito caução recebido foi previsto na receita orçamentária de capital.
  - (C) do pagamento dos restos a pagar foi classificado como despesas de exercícios anteriores.
  - (D) dos juros e encargos da dívida foi classificado como despesa orçamentária corrente.
  - (E) da operação de crédito foi classificado como operação de crédito por antecipação da receita orçamentária.
- 
70. Considere as informações abaixo referentes a um veículo de um determinado Tribunal Regional do Trabalho.
- 31/1/2012: empenho de despesa no valor de R\$ 60.000,00 para a aquisição do veículo.
- 30/4/2012: entrega do veículo pelo fornecedor e liquidação da despesa, pelo valor total do empenho. Nesta mesma data, o veículo foi colocado em uso.
- 31/7/2012: pagamento da despesa, pelo valor total do empenho.
- Em 30/4/2012, a vida útil econômica e o valor residual do veículo foram estimados, respectivamente, em 5 anos e R\$ 6.000,00. O Tribunal Regional do Trabalho revisou periodicamente as estimativas referentes à vida útil econômica e ao valor residual, sendo que ambas permaneceram inalteradas desde o reconhecimento do veículo no Balanço Patrimonial do Tribunal, e não houve reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do veículo. O Tribunal utiliza o método das cotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação e não realiza ajustes *pro-rata* em relação à quantidade de dias. De acordo com as determinações da NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, o veículo deve ser depreciado até
- (A) 31/1/2017, sendo que nessa data o valor líquido contábil do veículo deveria ser R\$ 6.000,00
  - (B) 31/1/2017, sendo que nessa data o valor líquido contábil do veículo deveria ser zero.
  - (C) 31/7/2017, sendo que nessa data o valor líquido contábil do veículo deveria ser zero.
  - (D) 30/4/2017, sendo que nessa data o valor líquido contábil do veículo deveria ser R\$ 6.000,00
  - (E) 30/4/2017, sendo que nessa data o valor líquido contábil do veículo deveria ser zero.



### PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

#### Instruções Gerais:

De acordo com o Edital nº 01/2018 de Abertura de Inscrições, capítulo 10, itens: 10.2 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral. 10.3.4 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.3.5 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 10.3.1 – **Conteúdo**, 10.3.2 – **Estrutura** e 10.3.3 – **Expressão**. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; i) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.3.6 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.3.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.3.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a **60 (sessenta) pontos**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

*Que o crescimento do capital e os interesses dos investidores tenham leis que dependem de uma matemática acadêmica é perfeitamente admissível.*

*Que essas leis entrem em contradição com os limites impostos pelos sistemas nacionais de legislação social é igualmente claro.*

*Mas que sejam leis históricas inelutáveis, às quais seja inútil se opor, e que prometam para as gerações futuras uma prosperidade que vale o sacrifício dos sistemas de proteção social, isso não é mais uma questão de ciência, mas de fé.*

*Os partidários do liberalismo econômico integral penam para demonstrar que a livre circulação de capitais seja a medida que conduzirá a humanidade a um futuro melhor.*

(Adaptado de: RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo, Boitempo Editorial, 2014, edição digital)

Com base na afirmação acima elabore um texto dissertativo-argumentativo. Justifique sua resposta.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30